



Declaração Global sobre o 20º Aniversário da Declaração da ONU Sobre os Defensores dos Direitos Humanos

O dia 9 de dezembro de 2018 marca 20 anos desde que os líderes globais adotaram a [Declaração sobre os Defensores dos Direitos Humanos](#). Esta foi uma grande vitória para o movimento dos direitos humanos, uma vez que a comunidade internacional finalmente deu o devido reconhecimento àqueles bravos indivíduos que dedicam suas vidas a lutar por todos os nossos direitos. A Declaração é um texto inspirador que defende os direitos de todos os defensores de direitos humanos para promover, proteger e defender os direitos humanos, desde as esferas individuais até as esferas globais. Afirma que os Estados têm a responsabilidade e o dever de proteger os defensores contra a violência, as ameaças, as retaliações e as arbitrariedades resultantes do exercício dos direitos fundamentais dos defensores. A Declaração observa que, quando esses direitos são violados, as vítimas têm o direito de registrar uma queixa e essas queixas devem ser prontamente revisadas por autoridades judiciais independentes, imparciais e competentes, e que a reparação é feita às vítimas.

Infelizmente, vinte anos após sua adoção, nossa avaliação mostra enormes lacunas na implementação da Declaração. Prova disso são os ataques persistentes contra defensores de direitos humanos e suas organizações que continuam inabaláveis, 20 anos após a adoção da Declaração. Em todos os tipos de sistemas políticos, democráticos e outros em todo o mundo, os cenários em que os defensores dos direitos humanos trabalham estão se tornando mais contestados e voláteis. Muito poucos estados promulgaram leis sobre defensores de direitos humanos ou desenvolveram políticas que buscam reconhecê-los e protegê-los. Alguns dos que têm promulgado leis são; Burkina Faso, Brasil, Costa do Marfim, Colômbia, México e Mali. Mesmo assim, em alguns desses países, os defensores dos direitos humanos estão em risco.

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas expressam nossas mais profundas preocupações sobre os desafios enfrentados pelos defensores dos direitos humanos. Nosso monitoramento da situação enfrentada pelos defensores dos direitos humanos mostra que os que estão na vanguarda defendendo, promovendo e protegendo os direitos humanos são os principais alvos de ataques perpetrados por atores estatais e não-estatais. O [CIVICUS Monitor](#), uma ferramenta usada para rastrear o estado do espaço cívico em países ao redor do mundo, revela que a detenção arbitrária e ilegal de defensores dos direitos humanos é a tática número um de repressão usada pelos estados. Entre junho de 2016 e março de 2017, 160 [relatórios](#) relacionados à detenção de defensores dos direitos humanos foram publicados pelo CIVICUS Monitor. A maioria dos defensores dos direitos humanos são

detidos sob uma legislação restritiva e processados sob acusações forjadas que variam de "terrorismo", "secessão", "tráfico de drogas", "traição" a tentativas de desestabilizar a segurança nacional e estadual. Estas acusações muitas vezes acarretam severas penalidades, incluindo a pena de morte e prisão perpétua, e em alguns casos processos judiciais tem defeitos e os defensores dos direitos humanos são julgados em tribunais militares.

As estatísticas sobre os defensores de direitos humanos que morreram defendendo os direitos humanos são alarmantes e devem ser uma fonte de preocupação para todos nós. A organização global de direitos humanos Frontline Defenders [informou](#) que só em 2017 312 defensores de direitos humanos foram mortos em 27 países. Embora em quase todos os casos, os assassinatos freqüentemente brutais desses defensores de direitos humanos sejam precedidos por ameaças que são denunciadas às autoridades, os pedidos de ajuda e proteção são rotineiramente ignorados. A Anistia Internacional [lança luz](#) sobre os cerca de 3.500 defensores de direitos humanos mortos nos últimos vinte anos. Na maioria desses casos, os perpetradores não foram responsabilizados e continuam a atacar os outros à medida que gozam de altos níveis de impunidade.

Os defensores de direitos humanos são frequentemente vítimas de agressões físicas, vigilância ilegal e são ameaçados por agentes estatais e não estatais. Os escritórios e casas de alguns foram atacados para intimidá-los e os movimentos sociais de outros são monitorados por agentes do estado. Outros são proibidos de viajar, especialmente quando planejam viajar para o exterior para participar de reuniões ou conferências que focam em direitos humanos. Muitos tem sido sequestrados por membros das forças de segurança ou por pessoas não identificadas, e alguns foram encontrados mortos. Muitos outros simplesmente desapareceram e nunca mais se ouviu falar deles. Altos funcionários do governo sujeitam os defensores dos direitos humanos a campanhas difamatórias para desacreditá-los e o trabalho que fazem, o que os torna vulneráveis a ataques em suas comunidades. Em meio a esse ataque, os defensores dos direitos humanos tiveram que se autocensurar e outros fugiram de suas casas e países.

Estamos extremamente preocupados que, na maioria dos países, a falta de resposta policial e judiciária efetiva a esses assassinatos, ataques, ameaças, assédio e intimidação sofridos pelos defensores dos direitos humanos cria um clima de impunidade e encoraja e perpetua essas violações. A inclusão do Objetivo 16 na Agenda 2030 é um reconhecimento por parte dos estados de que o desenvolvimento e os direitos humanos não podem ser separados. O Objetivo 16 apela aos Estados para que protejam as liberdades fundamentais de acordo com a legislação nacional e os acordos internacionais. Os custos humanos associados a esses ataques aos defensores de direitos humanos não podem ser facilmente quantificados, mas se os estados não tomarem as medidas necessárias para interromper esses ataques, os principais alvos da Agenda 2030 não serão atingidos.

Esta é a nossa convocação coletiva para que os estados, representantes do governo, organizações internacionais e atores não-estatais reconheçam os defensores dos direitos humanos como atores importantes nos processos de construção das nações, respeitem seus direitos, apoiem seu trabalho e os protejam a todo momento.

Recomendações

Para os governos

Os grupos abaixo assinados instam os governos a criar um ambiente propício para que os defensores de direitos humanos operem de acordo com as obrigações e padrões regionais e internacionais de direitos humanos. No mínimo, as seguintes condições para os defensores de direitos humanos que trabalham em todos os setores devem ser asseguradas; liberdade de associação, expressão e reunião, o direito de operar contra interferência injustificada do estado e o dever do estado de proteger. Em vista disso, fazemos as seguintes recomendações.

Desenvolver e implementar uma lei que reconheça as atividades dos defensores dos direitos humanos, proteja-os, e faça com que as pessoas que os alvejaram sejam responsabilizadas. Assegurar-se de que existem políticas, diretrizes ou resoluções claras para a implementação da lei.

Criar mecanismos de proteção que respondam às necessidades específicas dos defensores dos direitos humanos. Esses mecanismos devem ser capazes de monitorar e relatar a situação dos defensores de direitos humanos e fazer recomendações para revogar ou alterar leis e políticas que sejam inconsistentes com os direitos dos defensores de direitos humanos ou que coloca eles em risco.

Realizar investigações imediatas, independentes e imparciais em todos os casos em que defensores de direitos humanos tenham sido mortos, ameaçados, atacados, sequestrados, intimidados e assediados, e assegurar que os culpados sejam responsabilizados e as vítimas sejam fornecidas reparações.

Revogar ou alterar todas as leis e políticas restritivas que são usadas injustamente para restringir as atividades dos defensores de direitos humanos, para que elas cumpram as leis e normas regionais e internacionais de direitos humanos e evitem o assédio dos defensores de direitos humanos.

Manter uma relação de trabalho construtiva com os mecanismos de monitoramento de direitos humanos, incluindo órgãos de tratados e procedimentos especiais.

Para as empresas

Instar os governos a realizar investigações independentes sobre casos em que os defensores de direitos humanos foram mortos, agredidos fisicamente, intimidados e hostilizados por defenderem seu meio ambiente, recursos naturais, e comunidades contra os efeitos das operações extrativas das empresas e garantir que os responsáveis sejam responsabilizados.

Parar de participar de ataques físicos e jurídicos contra os defensores de direitos humanos que defendem suas comunidades e meio ambiente contra incursões de interesses comerciais.

Garantir que as normas e padrões de direitos humanos orientem a implementação de empreendimentos comerciais, especialmente quando isso afeta o meio ambiente, os recursos

Trabalhar com os governos para garantir que consultas adequadas sejam realizadas com comunidades e defensores de direitos humanos antes de se engajar em operações extrativistas que levarão ao deslocamento de comunidades e impactam sobre suas fontes de subsistência.

Para instituições multilaterais

Priorizar a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e abrir espaços para a participação de defensores de direitos humanos em suas atividades.

Trabalhar com a sociedade civil para defender o multilateralismo centrado nas pessoas, que reforça a primazia das normas internacionalmente acordadas e dos direitos humanos.

Falar com ousadia quando os defensores de direitos humanos forem ameaçados, atacados, alvo ou intimidados e condenarem tais ações.

Anexo 1 Defensores de direitos humanos mortos nos últimos três anos por defender os direitos humanos

Berta Cáceres foi assassinada em Honduras em março de 2016. *Ela era ativista de direitos ambientais e líder indígena.*

Alphonse Luanda Kalyamba foi morto em junho de 2017 na República Democrática do Congo. *Ele era um defensor dos direitos humanos que se concentrava nos direitos das crianças, particularmente crianças-soldados e vítimas de Guerra.*

Alex Tsonga foi morto na República Democrática do Congo em julho de 2017. *Ele investigou violações dos direitos humanos, incluindo tortura, extorsão e detenções arbitrárias.*

Erasmus Lrumba foi assassinado em Uganda em junho de 2017. *Ele realizou a defesa dos direitos humanos particularmente através da mídia e promoveu a prestação de contas nas comunidades.*

Sibonelo Patrick Mpeku foi morto na África do Sul em novembro de 2017. *Ele se concentrou em promover e proteger os direitos dos moradores de favelas.*

Willy Kimani foi morto no Quênia em 2016. *Ele era um advogado de direitos humanos que defendia vítimas de violações de direitos humanos.*

Renato Anglao foi morto nas Filipinas. *Ele era um ativista dos direitos indígenas.*

Gerson Acosta foi morto na Colômbia em abril de 2017. *Ele era um ativista dos direitos indígenas.*

Sulma Alegria Robles foi morta na Guatemala em novembro de 2016. *Ela era uma defensora dos direitos humanos que se concentrava nos direitos das comunidades LGBTI.*

Miroslava Breach Velducea foi morta no México em março de 2017. *Ela era uma defensora dos direitos humanos e jornalista que relatou violações dos direitos humanos, tráfico de drogas e corrupção.*

Jane Julia de Almeida foi morta no Brasil. *Ela era uma defensora dos direitos humanos que defendia os direitos das comunidades à sua terra.*

Godfrey Luena foi morto na Tanzânia em fevereiro de 2018. *Ele era um defensor dos direitos à terra que documentou e monitorou as violações dos direitos humanos.*

Abdiwali Ahmed foi morto na Somália em maio de 2018. *Ele era um líder da juventude e ativista.*

Vincent Machozi foi morto na República Democrática do Congo em março de 2016. *Ele monitorou e documentou violações de direitos humanos cometidas no Leste do país.*

Sikhosiphi Rhadebe foi morto na África do Sul em março de 2016. *Ele era defensor dos direitos humanos e ativista comunitário que defendia os direitos das comunidades contra incursões de grandes corporações.*

Hermie Alegre foi morto nas Filipinas em julho de 2016. *Ele era um ativista da comunidade.*

Alesha Alesha foi morta no Paquistão em maio de 2016.

Ana-Marie Didgaynon Aumada foi morta nas Filipinas em maio de 2017. *Ela era uma líder dos direitos indígenas e ativista da comunidade.*

Gauri Lankesh foi morto na Índia em setembro de 2017. *Ela era uma ativista e jornalista.*

Tonoy Mahbub foi morto em Bangladesh em abril de 2016. *Ele era defensor dos direitos LGBTI.*

Aqueles atualmente presos ou enfrentando perseguição judicial por promover os direitos humanos

Germain Rukuki - Burundi. *Ele foi preso em abril de 2018 por 32 anos por suas atividades focando nos direitos humanos.*

Nasrin Sotoudeh - Irã. *Sua prisão mais recente foi em junho de 2018, mas ela já esteve presa no passado por defender os direitos das mulheres, dos defensores dos direitos humanos e dos ativistas políticos.*

Elena Semenova - Kazakhstan. *Ela foi presa em julho de 2018 por suas atividades de direitos humanos, que incluem a defesa dos direitos dos prisioneiros.*

Qin Yongmin - China. *Depois de passar 22 anos na prisão, ele recebeu 22 anos adicionais em julho de 2018.*

Amal Fathy - Egípto. *Ela foi presa em maio de 2018 e mantida em prisão preventiva por suas atividades focando nos direitos humanos, que incluem a defesa de ativistas perseguidos.*

Piyush Manush - Índia. *Ele foi preso e detido em junho de 2018 por suas atividades focando nos direitos ambientais.*

Ahmed Mansoor - Emirados Árabes Unidos. *Ele foi condenado a dez anos de prisão em maio de 2018 por suas atividades focando nos direitos humanos.*

Nabeel Rajab - Bahrein. *Ele foi preso recentemente em fevereiro de 2018 a cinco anos por suas atividades focando nos direitos humanos, mas está preso desde 2010.*

Maria Magdalena - Guatemala. *Ela foi arbitrariamente detida em janeiro de 2018 por sua defesa da terra e direitos ambientais*

Hoang Duc Binh - Vietnã. *Condenado a 14 anos de prisão em fevereiro de 2018 por sua defesa contra um enorme desastre ambiental.*

Tran Thi Nga – Vietnã. *Condenada a nove anos de prisão em julho de 2017 por seu ativismo pelos direitos humanos.*

Abdulhadi AlKhawaji - Bahrein. *Ele foi condenado à prisão perpétua em junho de 2011 por suas atividades focando nos direitos humanos.*

Cristina Erandeni Parades – México. *Ela foi detida em maio de 2017 por suas atividades focando nos direitos humanos.*

Azimjan Askarov - Quirguistão. *Em janeiro de 2017, as autoridades confirmaram sua sentença de prisão perpétua depois que ele foi inicialmente sentenciado em 2010.*

Najet Laabidi – Tunísia. *Ela foi condenada a seis meses de prisão em maio de 2017 por suas atividades de direitos humanos.*

Safiatou LOPEZ - Burkina Faso. *Uma defensora dos direitos humanos é presa, detida e acusada de conspirar com terroristas.*

Messenth Kokodoko e Joseph Eza - Togo. *Eles foram presos em 17 e 19 de outubro de 2017, respectivamente, por sua participação na organização das manifestações em massa de 2017.*

Johnson Assiba – Togo. *He was arrested and charged with spreading false news and insulting public authorities, following the publication of a preliminary report titled: "More than 100 dead through repression of peaceful demonstrations from August 19, 2017 to January 20, 2018".*

Folly SATCHIVI, - Togo. *Ele foi preso e acusado de "rebelião" e "incitar as comunidades a cometer crimes", enquanto ele estava prestes a sediar uma conferência de imprensa sobre o roteiro oferecido pelo ECOWAS para a gestão da crise togolesa em agosto de 2018.*

